



CENÁRIO POLÍTICO PARA O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

BOLETIM ESPECIAL **PARTE 1**



Sistema**OCB**

BMJ
CONSULTORES ASSOCIADOS



Apresentação

Vivemos um momento de definição na política e na economia do nosso país, ocasião em que todos os olhos estão voltados às eleições nacionais e estaduais, bem como à agenda de decisões nos Três Poderes. Como não poderia ser diferente, o pleito eleitoral deve condicionar as prioridades do Governo Federal e de autoridades públicas, a pauta legislativa e o próprio ritmo das votações no Congresso Nacional.

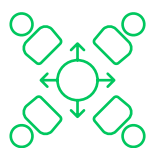
Nesta edição especial do nosso boletim **“Análise Política”**, convidamos a BMJ Consultores Associados, consultoria especializada em relações governamentais e comércio internacional, para construirmos uma visão ampla e aprofundada do cenário institucional do Brasil em 2022, tendo em vista os principais desafios e oportunidades no marco regulatório de interesse do cooperativismo.

Para facilitar a leitura, o boletim especial foi dividido em **uma série composta de três partes**. Nesta primeira edição, partimos da análise de uma matriz de riscos regulatórios para o cooperativismo no ano de 2022, baseada no cenário político, no ambiente econômico e nos reflexos da pandemia nas atividades dos Três Poderes. Na próxima semana, analisaremos as principais tendências para as eleições e como se dará a organização do quadro governamental e do núcleo de decisões no Poder Executivo durante o ano. Por fim, a terceira parte do boletim trará as perspectivas do ano para a agenda legislativa, para as prioridades do cooperativismo e para a atuação da Frencoop. Fiquem atentos e continuem acompanhando as próximas edições da nossa série do boletim especial!

DESEJAMOS A TODOS
UMA ÓTIMA LEITURA!

Matriz de riscos políticos

COMO AVALIAMOS
O ATUAL CENÁRIO
POLÍTICO E
INSTITUCIONAL
DO BRASIL



CENÁRIO POLÍTICO

- Ambiente altamente polarizado por conta das eleições.
- Tensão permanente entre Poderes, mas com baixo risco de crise institucional.
- Janela de decisões legislativas reduzida, mas com pauta cheia e muito movimentada.
- Reformas com dificuldade de avançar, mas que devem dar o tom para os próximos anos.
- Injeção de recursos em políticas econômicas e sociais x teto de gastos e ajuste fiscal.



AMBIENTE ECONÔMICO

- Projeção de crescimento do PIB de 0,3% em 2022 (Boletim Focus - BCB, Jan/2022).
- Projeção do dólar em R\$ 5,60 para 2022 (Boletim Focus - BCB, Jan/2022).
- Projeção de alta da Taxa Básica de Juros (Selic) para 11,75% no ano, como instrumento de contenção da inflação, em especial, dos preços de alimentos e de combustíveis (Boletim Focus - BCB, Jan/2022).
- Projeção de dívida pública em 84,2% do PIB em 2022 (Boletim IFI, Out/2021).



- Aumento da taxa de juros e **déficit orçamentário** nas contas públicas afetando a política de crédito rural subsidiado e outras políticas de financiamento público.
- Problemas climáticos e na logística de escoamento, além do aumento do custo de insumos agrícolas, devem impactar os resultados do setor produtivo brasileiro.
- Combate ao desemprego (taxa de desocupação em **11,6%**) e à informalidade (**40%** da força de trabalho ativa) continuam no centro da agenda de decisões, assim como os programas de microcrédito, de renegociação de dívidas e de assistência social, como o Auxílio Brasil (IBGE, 2021).



FIQUE ATENTO!

Para uma leitura aprofundada sobre o cenário econômico, acesse a última edição do boletim "**Análise Econômica**".

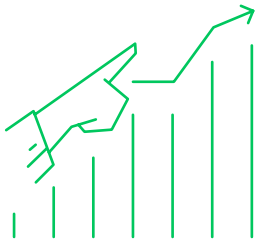


PANDEMIA

- Altos índices de vacinação no Brasil mitigam os impactos de novas ondas da doença.
- Retomada gradual das atividades presenciais (equilíbrio com atividades remotas).
- Possível risco de novas variantes mais contagiosas, letais ou que "furem" as vacinas.

Cenário Político

O clima pré-eleitoral deve dominar o cenário político já no primeiro semestre. **Por conta disso, as votações de reformas estruturantes, como a Tributária e a Administrativa, ficam em segundo plano, apesar de continuarem em curso e de servirem como base para discussões futuras.** Devido à proximidade das eleições e ao atual cenário da economia, a pauta legislativa deve priorizar a tramitação de propostas de cunho social, principalmente aquelas que busquem a redução do preço dos alimentos, dos combustíveis e do gás de cozinha, no âmbito de medidas de combate à inflação.



A GARANTIA DE EMPREGO E RENDA E A REDUÇÃO DO PREÇO DE ALIMENTOS E COMBUSTÍVEIS DEVEM ESTAR ENTRE OS PRINCIPAIS TEMAS DA AGENDA DECISÕES EM 2022.

O pleito eleitoral também deve acirrar a **polarização entre esquerda e direita**, principalmente nas redes sociais. Este ambiente de tensionamento é atrativo aos dois principais candidatos à Presidência da República, Lula e Bolsonaro, na medida em que enfraquece as chances de uma candidatura viável na terceira via.

Apesar da permanente tensão entre Governo Federal e STF, que deve estar presente especialmente durante o período eleitoral, é mais provável que durante boa parte do ano o cenário seja, na prática, de arrefecimento do confronto e de panos quentes em possíveis atritos institucionais. Isso devido aos vários instrumentos de pressão entre os Poderes.

Por um lado, o Governo Federal possui grande influência nas tomadas de decisões públicas, apoio institucional das Forças Armadas e uma base consolidada de parlamentares no Congresso. Já o Legislativo ganha cada vez mais espaço no centro da agenda, inclusive naquelas estratégias para uma eventual reeleição do atual presidente da República. Por fim, ao STF, cabem os instrumentos de inquérito e as investigações em curso sobre o Governo Federal.

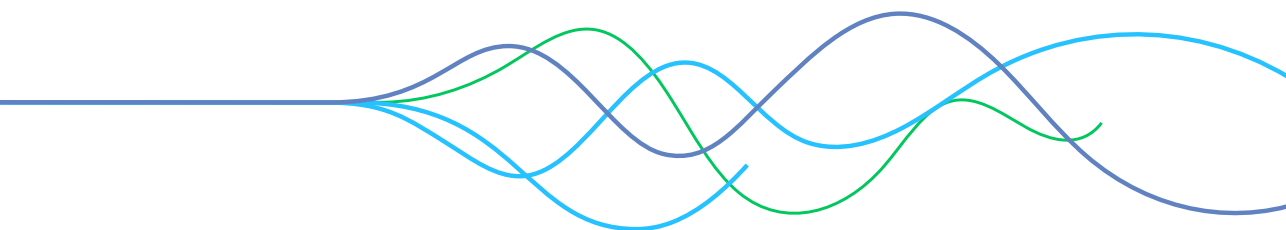
Um cenário de tensionamento elevado custa muito caro a cada um dos Poderes, o que tende a afastar possíveis riscos de crises mais profundas. Instituições sólidas e os chamados “freios e contrapesos” proporcionam um ambiente razoável de estabilidade na relação entre os Três Poderes.

A filiação do **presidente Jair Bolsonaro ao Partido Liberal (PL)** consolidou sua adesão ao bloco de partidos de centro, garantindo maior respaldo da base aliada no Congresso. Em contrapartida, os parlamentares da base governista ganham espaço para travar eventuais movimentos mais bruscos de embate do Governo Federal com o STF e com o próprio Legislativo. Assim, mesmo em uma eventual conjuntura de transição de poder na Presidência da República, onde os ânimos dos políticos e da sociedade estarão à flor da pele, o cenário mais provável é de garantia de um cenário de ordem institucional.

Em relação às políticas setoriais e de melhorias do ambiente de negócios, em uma **janela de votações legislativas reduzida e muito movimentada**, aqueles temas que não tenham impacto fiscal e orçamentário devem ganhar espaço, como as pautas de simplificação e de desburocratização. Além disso, o Governo Federal tende a priorizar mudanças normativas infralegais que não dependam do aval do Congresso, e que possam gerar investimentos e empregos em um espaço curto de tempo, tendo em vista o cenário eleitoral.

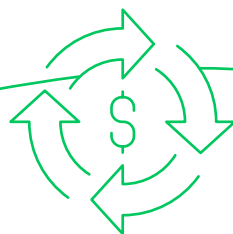
EM UM ANO ELEITORAL, OS MARCOS REGULATÓRIOS SETORIAIS QUE NÃO TENHAM IMPACTO FISCAL TENDEM A SE SOBREPOR NA AGENDA DE DECISÕES.

Com relação às prioridades para o cooperativismo brasileiro, acreditamos haver grandes chances de avanço em propostas como o Projeto de Lei Complementar **(PLP) 27/2020, que moderniza a lei das cooperativas de crédito**



(Lei Complementar - **LC 130/2009**) e o Projeto de Lei (**PL 8824/2017**), que garante segurança jurídica para a atuação de **cooperativas no mercado de telecomunicações**. Ambas as propostas tramitam no Senado Federal, após aprovação em 2021 na Câmara. Outra matéria que chama bastante atenção é o **PLP 519/2018**, que **permite que cooperativas atuem no mercado de seguros**. A matéria, que atualmente está sendo discutida entre o setor cooperativista e o Ministério da Economia, tem chance significativa de entrar na pauta do plenário da Câmara ainda este ano.

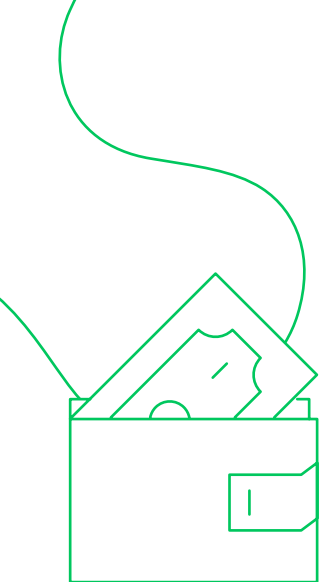
Estes temas serão aprofundados na terceira edição desta série especial, quando trataremos das pautas prioritárias do Congresso em 2022.



Ambiente Econômico

A economia deve ser o ponto focal do debate político em 2022. Medidas de estímulo à garantia de emprego e renda, bem como o controle da inflação, tendem a ser os temas mais centrais da agenda de decisões do Governo Federal e do Congresso Nacional. Aliás, os reflexos da pandemia e as ações de combate à crise sanitária mudaram sobremaneira o curso da política econômica do Governo Federal nos últimos dois anos.

Apesar de várias sinalizações por parte da equipe econômica a favor da manutenção do teto de gastos como importante âncora fiscal do país, na prática, este foi flexibilizado em prol da injeção de recursos governamentais, para garantir renda à população e aquecer a economia. Dados do Governo Federal indicam que, entre 2020 e 2021, o governo aplicou **R\$ 578,07 bilhões** em medidas de combate à pandemia (STN, Fev/2022). Somente para o auxílio emergencial, foram destinados **R\$ 354 bilhões** nos últimos dois anos (STN, Fev/2022), programa que chegou a beneficiar **67,9 milhões** de brasileiros em situação de vulnerabilidade (MDS, Dez/2020).



ALTERNATIVAS PARA O CONTROLE DA INFLAÇÃO, EM ESPECIAL, NO PREÇO DE ALIMENTOS E COMBUSTÍVEIS, TÊM GANHADO CADA VEZ MAIS PRIORIDADE DO GOVERNO FEDERAL E DE PARLAMENTARES.

Ainda segundo dados do Governo (STN, Fev/2022), entre 2021 e 2022, outras políticas como o auxílio financeiro aos estados e municípios (**R\$ 60,15 bilhões**), o apoio a micro e pequenos negócios (**R\$ 63,09 bilhões**) e as ações voltadas à manutenção de empregos (**R\$ 41,21 bilhões**) também se destacaram como fatores de impacto para a contenção dos reflexos da pandemia. É claro que estas medidas, em contrapartida, também possuem efeitos adversos na economia, principalmente na saúde financeira dos cofres públicos.

Seguindo a tendência de uma política expansiva, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios (Emendas Constitucionais **113/2021** e **114/2021**) permitiu uma alteração substancial da Lei Orçamentária Anual de 2022, criando espaço para a implementação do Programa Auxílio Brasil, em substituição ao Bolsa Família e ao Auxílio Emergencial, com destinação estimada de **R\$ 89,1 bilhões**. Além disso, **a proximidade das eleições tende à aprovação de medidas econômicas que tendem a elevar, ainda mais, o déficit fiscal**. Neste tópico, ressaltamos proposições como as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) dos combustíveis apresentadas tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados, com previsão de impacto fiscal de até **R\$ 100 bilhões** apenas neste ano, de acordo com estimativas da equipe econômica do governo veiculadas na imprensa.

Outro ponto importante a ser avaliado diz respeito à medida adotada pelo Banco Central do Brasil de **aumento da Taxa Básica de Juros (Selic)** como ferramenta para conter o crescimento da inflação, principalmente ao que tange o preço dos alimentos e dos combustíveis. Tendo encerrado 2021 no patamar de **9,25%**, a projeção é que a Taxa Selic chegue em **11,75%** até o final de 2022 (Boletim Focus - BCB, Jan/2022).

Como efeito colateral, é provável que a medida desincentive o acesso ao crédito e os investimentos privados o setor produtivo e para pequenos negócios. O ramo agropecuário já tem sentido esse reflexo com a suspensão temporária da contratação de linhas de financiamento equalizadas pelo governo no âmbito da política agrícola, por questões relacionadas ao orçamento público. Junto a isso, impactos oriundos de eventos climáticos observados nas diferentes regiões do país pressionam o governo a adotar medidas tempestivas relacionadas à renegociação de dívidas de produtores rurais, assim como coloca em evidência a necessidade de uma política de seguro rural mais robusta.

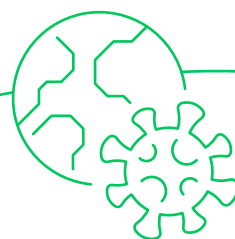
O AUMENTO DA SELIC IMPACTA DIRETAMENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO RURAL, REPRESENTANDO CONDIÇÕES MENOS FAVORÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO SETOR.



Pandemia

A variante Omicron tem gerado preocupação de governos em todo o mundo pela alta taxa de contágio e pelo aumento vertiginoso do número de casos. A nova variante motivou os presidentes Rodrigo Pacheco, do Senado, e Arthur Lira, da Câmara, a optarem pelo retorno do regime semipresencial, temporariamente. Ao longo do ano, o trabalho pode retornar 100% ao presencial ou continuar sob o regime híbrido, com acesso restrito a assessores parlamentares e representantes da sociedade civil, a depender das condições sanitárias. Entretanto, a política de vacinação e o caráter menos letal da nova variante fazem com que a tendência seja de um retorno gradual das atividades presenciais.

UM AMBIENTE DE MELHORA DA PANDEMIA FAVORECE O RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NOS TRÊS PODERES. ALGUMAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS TENDEM A SER MANTIDAS NO REGIME REMOTO OU HÍBRIDO.



E o que isso pode mudar, na prática? Grande parte das proposições legislativas tramitam em regime conclusivo, na Câmara dos Deputados, ou em regime terminativo, no Senado Federal, sem precisarem passar pelo plenário das Casas Legislativas. Na prática, isso evita que um número relevante de propostas legislativas não precise esperar meses (talvez anos) para entrar na fila de votações dos plenários, o que torna o processo legislativo mais dinâmico e efetivo.

Mapeamento do Sistema OCB, realizado em 2021, mensurou que as proposições aprovadas em caráter conclusivo nas comissões da Câmara representaram 79% do total de propostas aprovadas pela Casa em 2019 (período pré-pandemia). Um processo legislativo concentrado nos plenários da Câmara e do Senado, além de centralizar o poder nos presidentes das Casas e em poucas lideranças partidárias, diminui substancialmente a efetividade do processo legislativo. **Ou seja, a melhora da pandemia tende a tornar o processo legislativo mais dinâmico e efetivo, com a maior atividade das comissões permanentes da Câmara e do Senado.**



